

Projeto de regimento interno prevê dez minutos diários na TV e rádio

Tadashi Nakagomi

O relator do projeto de regimento interno do Congresso constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 55, definiu ontem sua proposta para a divulgação pela mídia eletrônica dos trabalhos constituintes: na televisão, serão transmitidos dois blocos noticiosos de cinco minutos diariamente, entre 12h e 14h, e entre 19h e 22h. No rádio, haverá o mesmo tempo de divulgação, só que em horários diferentes —entre 7h e 9h e de 12h às 14h.

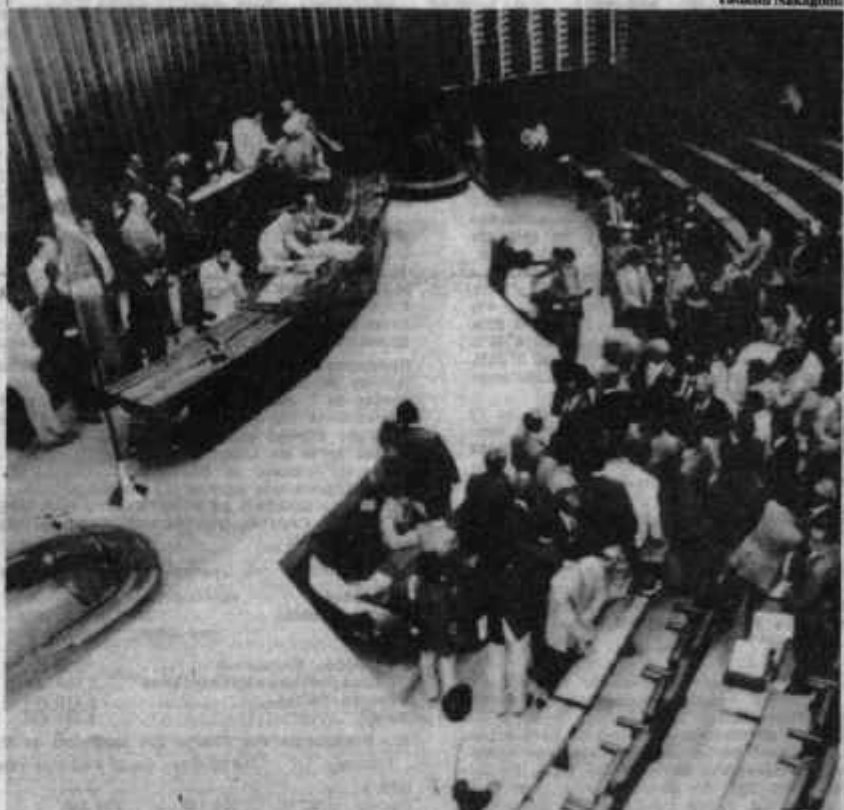
Segundo a proposta de regimento, que Fernando Henrique pretende submeter hoje às demais lideranças partidárias, o Congresso constituinte também poderá requisitar até uma hora por mês nos horários das emissoras de rádio e televisão. Este tempo seria utilizado para a transmissão de debates. No caso das TVs educativas, esta hora mensal de transmissão dos debates seria obrigatória.

Radiobrás

O texto elaborado por Fernando Henrique prevê uma terceira forma de divulgação dos trabalhos da Constituinte nas emissoras de rádio: o horário do programa "Projeto Minerva" poderá ser requisitado. Antes mesmo de ser submetido aos líderes, este trecho do documento causou polêmica: "Isso significa descobrir um santo para cobrir outro. Precisamos lembrar que o Projeto Minerva tem uma função social importante. É um programa educativo", afirmou, por exemplo, o senador João Calmon (PMDB-ES).

A produção dos programas para o rádio e para a televisão será de responsabilidade da Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). É o espaço que a "Voz do Brasil", programa radiofônico da Empresa Brasileira de Notícias, dedica diariamente à divulgação de notícias do Congresso constituinte passará a chamar-se "Voz da Constituinte", de acordo com o projeto de regimento.

O substitutivo do senador elimina a obrigatoriedade da publicação de súmula dos trabalhos diariamente nos jornais. Os serviços de divulgação da Câmara e Senado serão também mobilizados para a produção de noticiário, que deverá ser enviado às Câmaras Municipais, Prefeituras, governos e Assembleias estaduais, sindicatos e entidades representativas e até mesmo a cidadãos que solicitarem este serviço.



Os parlamentares debatem a questão da soberania no plenário da Constituinte

As comissões constitucionais, segundo o projeto do senador paulista, seriam oito —subdivididas em três subcomissões cada—, além de uma de sistematização e redação. As oito comissões propostas são: Declaração dos Direitos do Homem e da Mulher, Organização Federal, Organização Política, Organização Eleitoral e Garantias das Instituições, Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Ordem Econômica, Ordem Social, e Educação, Cultura, Saúde, Esportes, Comunicação, Ciência e Tecnologia.

A comissão de sistematização deverá ser composta pelos presidentes e relatores de cada uma das outras oito comissões, os relatores de cada uma das 24 subcomissões e mais ainda 45 representantes indicados pelas lideranças partidárias.

A proposta prevê que cada comissão terá noventa dias de prazo para seus trabalhos. A comissão de redação e sistematização terá trinta, depois de receber os projetos das demais. Na terça-feira, o senador Fernando Henrique Cardoso disse

que cada uma das oito comissões deverá ser composta por 63 constituintes indicados pelos partidos.

Ao deixar seu gabinete, no final da tarde de ontem, para uma reunião da bancada peemedebista no Senado, Cardoso confirmou que rejeitará as emendas dos deputados Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e José Genoino (PT-SP), que permitiam aos constituintes a apresentação de projetos referentes a outros assuntos que não os da elaboração da nova Carta. Essas emendas permitiriam que o Congresso constituinte modificasse a atual Constituição.

Cardoso disse também que pretendia propor que os partidos com bancadas inferiores a quinze parlamentares se unam num bloco e indiquem um único líder. Como todas as lideranças partidárias colocaram-se contra a proposta, ele deixará a questão em aberto até que a bancada do PMDB na Câmara se pronuncie. Ontem, ele reuniu-se com 14 das 23 mulheres constituintes. Ficou acertado que cada comissão terá pelo menos uma mulher.